
**CATEQUIZAR PARA CIVILIZAR, E CIVILIZAR PARA TRABALHAR: A
CATECHESE E CIVILIZAÇÃO DE ÍNDIOS DO AMAZONAS NA SEGUNDA
PARTE DO SÉCULO XIX**

Bruno Miranda Braga - Mestrando em História no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Linha de Pesquisa: Cultura e Representações.

E-mail: brunomirandahistor@hotmail.com

Resumo

Neste artigo evidenciaremos os discursos do poder público para obter o domínio sobre os indígenas no século XIX no Amazonas pela catequese e civilização. Objetivando prosseguir com os ideais da modernidade, os políticos pretendiam estabelecer contato com os índios para resolverem seu problema de mão de obra barata, e acabar com os elementos da cultura nativa ligada ao atraso e ao hostil. Para tal estabeleceu-se entre as metas de governo a Catequese e Civilização de índios, onde todos os presidentes de Província e mais tarde os governadores, queriam convencer o índio a mudar de vida e ser um altivo trabalhador. Destacando que o espaço temporal deste artigo coincide com a Belle Époque, momento de grande especulação e crenças progressistas.

Palavras-chave:

Catequese, Civilização, Índios, Missionários.

Abstract

This paper will highlight the speeches of public officials to obtain dominion over the natives in the Amazon in the nineteenth century. Aiming to pursue the ideals of modernity, political attempts to establish contact with the Indians to resolve their problem of cheap labor, and do away with the elements of native culture linked to the delay and hostile. To that settled between the goals of government Catechesis and Civilization of Indians, where all provincial presidents and later the governors wanted to convince the Indians to change their lives and be a flashy worker. Highlighting the timeline of this article coincides with the Belle Époque, a time of great speculation and progressive beliefs.

Keywords:

Catechesis, Civilization, Indians, and Missionaries.

Índios: um problema de “Catequese e Civilização” em pleno século XIX¹

*“A trajetória dos povos livres e nas cidades são exemplos de **resistência** e de disposição na construção de Outros 500. Mais do que uma prova viva do **fracasso do projeto colonizador**, eles mostram que é imprescindível **lutar** para a evolução de uma sociedade que respeite, celebre e compartilhe as diferenças. ” CIMI.*

Na história do Amazonas, como na do próprio Brasil, os índios desde o período colonial eram vistos, classificados como obstáculo, impedimento para a modernização, para o avanço e crescimento das diversas localidades onde estes viviam e habitavam. Essa visão perdurou por muito tempo entre os poderes institucionalizados, passando na história por séculos e séculos. Não iremos discutir o período colonial, mas para aludirmos à visão desejada, vemos que existem discursos que se cristalizam no meio do poder público e se tornam desafios a serem vencidos por quem exerce esse poder. Mesmo o século XIX ter sido o século do liberalismo, Arthur Cezar Ferreira Reis nos diz que haverá “*um retorno consciente a velha fórmula da catequese intensiva e da ação penetrante dos religiosos na obra de civilização do extremo norte.*”²

Em 1852, o primeiro presidente da Província do Amazonas, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, via a situação do índio que habitava a Província, e principalmente sua capital Manaus como um problema de civilização e catequese, que com isto “*seriam centenas de milhares de braços úteis aos serviços rurais e a constituição de colônias militares*”³. Em 1852, e toda a segunda metade do século XIX, tornou-se um período de muito apreço pela produção historiográfica; é o limiar do que chamamos de Belle Époque⁴, momentos em que o urbano e seu entorno entrarão nos

¹ Neste artigo, manteremos a grafia da época.

² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942. p. 72

³ LOUREIRO, Antônio. *O Amazonas na Época Imperial*. Manaus: Editora Valer, 2007.p.87

⁴ Belle Époque é um período da História em que a crença no progresso e na cientificidade alcança todos os setores da sociedade. A modernidade despertaria nos homens uma grande especulação, as nações europeias ostentavam uma riqueza e soberania proporcionada pela exploração de suas colônias e viviam uma pseudoalegria por seu progresso repentino. O *Can-Can*, as festas e *Art Nouveau* são exemplos do que foi inaugurado neste momento. Porém nem tudo foi uma grande alegria como se cristalizou na História.

discursos e viverão um momento de intensa especulação, pois Paris ao ser remodelada, pelo seu prefeito Barão Haussman e dará ao mundo novos ares, gostos e estilos próprios, isso é a modernidade. No período da belle époque, principalmente a amazonense, a cultura nativa tornou-se uma forma de expressão indesejada, ameaçadora e atrasada. Era preciso modernizar. Berman, nos diz que a experiência ambiental da modernidade rompe qualquer fronteira geográfica⁵. Mesmo o Amazonas estando distante da França, foi imperativo olhar para sua capital, e requerer transformá-la aos moldes franceses. A modernidade também, “*une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia*”⁶.

Assim, a modernidade e seu discurso exercerão certo poder de modificar não apenas a geografia e o traçado urbano, porém irá impor um estilo de vida e uma sociabilidade para a população, principalmente a indígena, que estava longe do simbolismo da modernidade, vale destacar, que em 1852, no advento da Belle Époque, os índios no Amazonas, ainda formavam a grande maioria da população⁷ e sua civilização e enquadramento eram necessários.

Como já disse o recorte temporal deste artigo, não é o período colonial, mas a segunda parte do século XIX. Voltemos ao tempo no período colonial, os Jesuítas eram os responsáveis pela catequização dos índios no Brasil, mas,

[...] Apesar de sua relativa autonomia, pois respondiam antes ao general da ordem em Roma do que ao Rei de Portugal e, apesar do enorme poder econômico que acumulariam subsequentemente, nestes primeiros anos os jesuítas serviram aos interesses da Coroa como instrumentos da política de desenvolvimento da Colônia. Oferecendo um contra ponto a dizimação deliberada praticada pela maioria dos colonos, os jesuítas buscaram *controlar*

⁵ BERMAN, Marshal. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Toratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.p.15

⁶ *Ibid.*, 1986, p.15

⁷ Em 1852, Lourenço da Silva Araújo Amazonas atribuía a Manaus 8500 habitantes, dos quais 900 eram brancos, 2500 mamelucos, 4080 Índios, 640 mestiços e 380 escravos “ tudo em 900 fogos assaz dispersos”. Esses números oferecidos por Lourenço Amazonas, enfatizam qual demasiada era a presença indígena na Província, ao ponto de sua sede administrativa, Manaus ainda ser composta por uma população em maior número indígena. Ver mais em: AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Diccionario Topographico, histórico, descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife, Meira Henriques. Nova Edição facsimilar. Manaus: Associação Comercial do Amazonas,1984(Coleção Hileia Amazônica)

e preservar os índios através de um processo de transformação que visava regimentar o índio enquanto trabalhador produtivo. Com o estabelecimento de aldeamentos os jesuítas acenavam com um método alternativo de conquista e assimilação dos povos nativos⁸

Ou seja, na Colônia a Igreja através de seus meios impunha aos gentios a conversão. Esta não visava apenas propagar a fé cristã, porém subordiná-los a seu domínio e transformá-los em algo produtivo: *mão de obra para expansão da colônia*. Essa ideia perdurou e no transcorrer da história, ganhou ressignificações, vale ressaltar, quer seja na colônia, quer seja no final do período imperial. Os índios da Amazônia por diversas vezes foram ligados ao atraso, ao sem cultura ao herético, pois resistiam aos elementos da cultura branca ou utilizaram-se desses elementos para sobreviver. Na visão do poder quer seja colonial, imperial sempre foram considerados impedimentos para se estabelecer a civilização, à medida que lutavam para manter seus fazeres e garantir sua liberdade.

Se na colônia essa visão era presente, anos mais tarde na Belle Époque isso permanecia e a mentalidade a cerca do índio ainda era a mesma: os índios eram um problema de “*Catechese e Civilização*” nos dizeres da época. Todos os presidentes da Província, viam nos índios obstáculos para seus planos de progressos, e, confiavam a Igreja o dever de torna-los hábeis e úteis e civilizados para “atuarem” no viver social nas cidades. O que nos chama atenção e, desperta-nos e o fato desta visão tornar-se uma mentalidade generalizada e constituir uma permanência histórica, ao ponto de 1872, surge na Província do Amazonas a Lei N°239-De 25 de Maio de 1872⁹, que em seu discurso da autoridade ao Presidente da Província do Amazonas “*a contractar até 15 sacerdotes de qualquer ordem religiosa, que se incubam da Catechese dos índios selvagens da Província*”

Esse contrato alude para outra questão bem interessante. Em 1872, não existia ainda uma Diocese organizada e institucionalizada na Província, sendo que a diocese que administrava os fazeres eclesiásticos no Amazonas era a Diocese do Pará. Somente em 1892, o Papa Leão XII funda constitucionalmente a Diocese de Manaus.

⁸ MONTEIRO, Jhon Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*: Companhia das Letras, 1994. p. 36-grifos meus-.

⁹ COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS-TOMO XX- PARTE I: LEI N° 239-De 25 de maio de 1872. Manáos: Typographia do A Amazonas de Antônio Cunha Mendes, 1872. p.p. 46,47-Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas-IGHA.

Porém seu primeiro Arcebispo Dom José Lourenço da Costa Aguiar chegou a Manaus apenas em 1894.¹⁰

Para uma compreensão profunda dos fatos humanos, ao longo de sua existência e de seu fazer histórico, o historiador britânico Peter Burke, nos propõem “*ler os documentos nas entrelinhas*”¹¹ problematizando tais fontes, fazendo perguntas seguindo a tradição historiográfica proposta pela Escola dos Annales¹², compreendendo os fatos inerentes ao ação humana .Nesse sentido, é interessante perceber o contido nas entrelinhas dessa lei “...da Catechese dos índios selvagens...”,ou seja, já existiam índios eram considerados civilizados, ou aptos para sociabilidade, e já convertidos a fé cristã. Essa política, muito parece com a praticada na colônia denominada Regimento das Missões,¹³ onde um núcleo de eclesiásticos tinha a incumbência de socializar os índios. O segundo artigo dessa lei, nos diz que,

Art.2-Os contractados terão seu centro nesta capital. Suas vantagens serão: passagens gratuitas por conta da Província desde o lugar do contracto, caza para moradia, subsidio proporcionado a suas necessidades, curativos em suas enfermidades e cem mil réis mensais de gratificação logo que partirem para as missões.¹⁴

Logo, na segunda metade do século XIX, as missões se constituíam não de uma simples ferramenta de propagação da fé cristã e combate a heresia, porém, de forma do governo, através da Igreja, impor aos índios seus mecanismos de civilização e

¹⁰ LARANJEIRA, Rhaisa Christie Graziella de Souza. *Cristãos em Manaus: embates entre Protestantes e Católicos(1900-1913)*. Manaus: Centro Universitário do Norte-UNINORTE (Artigo. Trabalho de Conclusão de Curso- História), 2013.

¹¹ BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.p.26.

¹² De toda a produção historiográfica do século XX, a Escola dos Annales, criada em 1929 visava uma nova espécie de História, e continua até hoje a estimular inovações. Propôs a substituição da narrativa tradicional por uma História-Problema. Ler mais em: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales-1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. Trad. de Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

¹³ Em 21 de dezembro de 1686, surgiu no Estado do Grão Pará e Maranhão o Regimento das Missões. Este, formou a carta básica para o trabalho missionário e para o fornecimento da mão de obra indígena do estado até a secularização das missões, pela Coroa Portuguesa em 1755-1757. Os jesuítas tinham obrigação de cuidar da população das aldeias e de recorrer aos descimentos para remediar a escassez de mão de obra. Destacamos que nesse momento, no século XVII, Manaus e o Amazonas ainda não existiam politicamente como nos termos atuais. Existia a Fortaleza De São José da Barra do Rio Negro, em torno da qual mais tarde se originará a Cidade de Manaus. Esta fortificação estava subordinada ao Estado do Grão Pará e Maranhão que tinha sede administrativa em Belém. Ler mais em: SANTOS, Francisco Jorge dos. *História do Amazonas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2010

¹⁴COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS-TOMO XX- PARTE I: LEI Nº 239-De 25 de maio de 1872. Manáos... p. 46.

transforma-los em mão- de -obra. A Igreja era a intermediária¹⁵, os responsáveis agiam conforme a sua visão de mundo sendo que estes não eram os típicos missionários, desbravadores, que, lançavam-se nas regiões mais longínquas em nome da fé. Mas eles eram antes, funcionários da Província, com direitos e deveres, direitos como lemos na citação acima, e deveres como estes:

Art.3-Os pontos por onde devem começar as missões serão estabelecidos pela administração, sendo preferidos os rios e lugares em que hajão tribus bravias e ainda rebeldes a todo o contacto da civilização.¹⁶

Portanto, havia um objeto comum: implantar a qualquer custo a civilização. Civilização era a palavra de ordem e alcança-la significava não deixar vestígios da cultura indígena ligada ao atraso e ao hostil também. Monteiro¹⁷ analisando a colonização nos diz que os aldeamentos, objetivavam controlar os índios e adaptá-los a vida produtiva, mas isso ia pelos ares à medida que os índios resistiam bravamente e pouco abriam mão de sua cultura e de suas crenças. Coisa que se repetiu agora, pois os índios continuaram a defender sua cultura, mesmo que fossem represados constantemente.

Como já dissemos, a civilização dos índios era uma necessidade e todos os presidentes de Província dedicavam atenção, a ponto dessa necessidade torna-se uma meta de governo. Em 06 de Janeiro de 1898, assim discursava o então governador Fileto Pires Ferreira.

-Catechese e Civilização dos Índios-

Não é razão que insisto na solução deste Melindro-só trabalho. Convenço-me cada vez mais que, a não ser muito excepcionalmente, as luctas entre os selvagens e os civilizados partem sempre de provocações d'este.

¹⁵ Alida Metcalf define o que são intermediários e, identifica três níveis que um intermediário pode assumir: físico, transacional, e representacional. No caso dos missionários da Catechese e Civilização de índios, constitui-se de intermediários transacionais, é um nível mais complexo e constitui-se dos tradutores e mediadores culturais que possibilitaram à troca, o comércio, a conquista e a civilização. Assim esses intermediários transacionais, inicialmente iam conhecer o conquistado para depois aplicar seu objetivo inicial. Ver: METCALF, Alida C, *A Mulher como Intermediária*. In: MORGA, Antônio Emílio e BARRETO, Cristiane Manique. (orgs.) *Gênero, Sociabilidade e Afetividade*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2009.p.105.

¹⁶COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS-TOMO XX- PARTE I: LEI Nº 239-De 25 de maio de 1872. Manáos... p. 46.

¹⁷ MONTEIRO, op. cit., p. 36.

Felizmente, graças às medidas tomadas, e a não ter-se fornecido mais forças que só serviam para massacre dos pobres aborígenes, temos atravessado um período de paz com eles.¹⁸

Vemos que o Presidente da Província Fileto Pires, tem consciência dos crimes cometidos pelos civilizados aos indígenas e os culpa por tais crimes, há uma romantização em seu discurso, no estilo Rousseauiano¹⁹, pois inspira, transmite alteridade e etnocentrismo ao propor a “figura do bom selvagem”, onde o importante não é a sociedade, mas o viver humano. Isso é bem presente na história da Amazônia que “como a recriação do bom selvagem em idéias como a de povos da floresta e de ribeirinhos, demonstra um novo romantismo social”²⁰, ou seja, Dr. Fileto Pires, recria o bom selvagem visando estabelecer um novo discurso sobre o índio. Porém, não pensemos que a partir desta Mensagem acabaram a perseguição e desprezo aos índios, continuando a mensagem, o governador mostra seu real objetivo:

O índio é altivo, é não se submete ao aviltamento que fazem recahir sobre sua raça, d’ahi a lucta, as mortes, o ódio encarnizado. O Governo pensa que aberto os rios habitados pelos aborígenes a uma navegação regular e constante, tratados estes por meio mais humanos e suasórios facilmente se fará a Catechese. *O braço indígena pôde muito ser aproveitado e convém não deixar permanecer o estado actual de cousas.*

Tenho em vista utilizar o serviço de missionários para chamarem os índios ao nosso meio.²¹

O governador deixa bem claro que a função do indígena é ser mão-de-obra, e o mesmo não se sente impedido de nenhuma forma para concretizar seu objetivo, e, utiliza-se dos serviços dos missionários para tornar realidade. Mas, isso era imperativo, uma vez que,

[...] todos-excluindo os índios, é claro-concordavam que a diminuição nua e crua proporcionaria a única maneira de garantir, de uma vez por todas o controle social e a exploração econômica dos indígenas.²²

¹⁸ MENSAGEM, do Excelentíssimo Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado. Lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão extraordinária da terceira legislativa. Em 06 de Janeiro de 1898. Manáos Imprensa Oficial, 1898.p. 40. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas-IGHA.

¹⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social e outros escritos*. São Paulo: Cultix, 1989.

²⁰ PINTO, Renan Freitas. *Viagem das Ideias*. Manaus, 2008.p.15

²¹ MENSAGEM, do Excelentíssimo Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado Manáos Imprensa Oficial, 1898... p.41-grifos meus-

Se na colônia o índio era alvo do recrutamento para servir a Coroa, agora isso não era tão diferente. Com esta visão, evidenciamos que apesar e poderio do Estado e da Igreja enquanto instituições que visavam ditar um processo de civilizar, os índios lutavam para manter e preservar sua idiossincrasia, através de táticas²³ que nos fazeres dos brancos eram exercidas, sem muitas vezes serem percebidas pelos que impunham o poder.

Surge o Decreto N°248: “Dá regulamento para o serviço de Catechese e Civilização de Índios”.

“Eu sirvo até de adubo para minha terra, mas dela não saio.” Samado, líder Pataxó hã-hã-hãe.

A história política do Amazonas é bastante conturbada e complexa, cheia de tramas e episódios que fogem ao considerado normal no dia a dia. Fileto Pires, o então presidente da Província não terminou seu mandato, e, de 1898 a 1900, seu vice-governador José Cardoso Ramalho Júnior, assumiu a chefia²⁴.

Esse, por meio de um decreto bem expressivo o Decreto N°248, de 25 de Maio de 1898, estabelece e “Dá regulamento para o serviço de Catechese e Civilização de Índios”²⁵. Trata-se de um documento oficial que dita como funcionaria o processo de civilização aos índios, por meio das missões. Como os encarregados deveria se portar

²² MONTEIRO, op. cit., p. 41.

²³ Táticas é a arte do fraco. Como nos propõe Michel de Certeau, a tática age no lugar em que opera um poder, agindo nessa lógica do poder proprietário. Ou seja, por mais que diversos índios tenham se submetido à Catechese e Civilização, estavam agindo na lógica, mas com finalidades diferentes. Ler mais sobre o conceito de tática em: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1 Artes de Fazer. Trad. de Ephrain Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

²⁴ Segundo o sociólogo Raimundo Pontes Filho, ao se ausentar do estado, numa viagem a Europa por motivos de tratamento de saúde, Fileto Pires, foi alvo de um complô de seus opositores políticos, alguns estudiosos e pesquisadores dizem que inclusive seu vice-governador Ramalho Júnior participou. Armaram-lhe um golpe, apresentando um documento de renúncia ao Congresso Legislativo, que de pronto aceitou. Ao ser comunicado do fato de que não era mais o governador, regressou ao estado, sendo impedido de desembarcar em Manaus. Contestou a autenticidade do suposto documento, porém não obteve sucesso. Ramalho Júnior assumiu o governo e concluiu o mandato.

²⁵ DECRETO N° 248 de 28 de maio de 1898-Dá Regulamento para o Serviço de Catechese e Civilização de Índios. Manaus: Imprensa Oficial, 1898. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas-IGHA.

nas mais diferentes situações, quais seus direitos, atribuições e obrigações, e os cargos administrativos que compõem tal serviço.

A palavra de ordem nesse documento é *animar*; animar os índios significava torná-los trabalhadores, seria despertar nos índios o interesse pela lavoura e pela agricultura para produzir gêneros para a Capital da Província –Manaus- e demais cidades, que estavam cada vez mais civilizadas e viraram palco de segregação social.

No artigo 3º que disserta sobre as atribuições do Diretor Geral, que era o cargo maior do serviço de Catechese e Civilização, transcrevo os seguintes incisos.

§5º Providenciar de modo que nas remoções *não sejam os índios violentados*, atendendo-se ao comportamento e laços vinculados ao terreno, principalmente a lavoura, mantendo-se em quanto se compuserem, o uzo fruto do terreno para si e seus descendentes;

§8º Mandar proceder ao arrolamento annual de índios aldeados, com declaração de *sua origem, língua, estado, idade e profissão*. Este arrolamento será annual e acompanhará o relatório.

§10º Distribuir pelo directores os objectos *necessários ao tamanho das terras e uzos pessoas dos índios*, como roupas, mantimentos, medicamento e objetos próprios para *captar-lhes as sympathias, excitar-lhes a curiosidade e despertar-lhes o desejo do trato social*.²⁶

Esse diretor geral, era o responsável, podemos concluir de estabelecer os primeiros contatos com os índios, fazer propostas, enfim seduzir o indígena a fim de encaminhá-lo ao viver social. Não pensemos que isso era bom ou positivo ao índio, pois o objetivo proposto não era socializá-lo para desfrutar o gozo das elites ou da sociedade enriquecida, mas transforma-lo em mão de obra para sustentar essa elite com produções agrárias, por isso, a lavoura, agricultura assumiu papel salutar neste período. Pois é pelo meio rural que as cidades vão se desenvolver e se modernizar.²⁷

A proposta do governo era bem estratégica²⁸ e clara como lemos no inciso 10º. Dar aos índios roupas e outras quinquilharias, coisas sem valor para atrair sua

²⁶ DECRETO Nº 248 de 28 de maio de 1898 Manaus: Imprensa Official, 1898p. p. 5 e 6-grifos meus-.

²⁷ Vale destacar que nesse momento da Belle Époque, e da segunda metade do século XIX, a expansão urbanística só foi possível graças ao alto desenvolvimento agrário. No Brasil, isso fica evidente em diversas cidades que se reconfiguraram espacialmente pelo valor agrícola, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Santos com o cultivo do café, Belém do Pará e Manaus que se reurbanizaram a custa da extração da goma elástica da Seringueira-*Hevea brasiliense*.

²⁸ Seguindo a teoria de Michel de Certeau, estratégia é entendida como a arte do forte, visto que a estratégia é organizada pelo postulado de um poder, no caso, o governo local. Certeau nos diz ainda que

curiosidade, fasciná-los, cegá-los, para obter suas “*sympathias*” a fim de trazê-lo para si, não para ter sua amizade, mas para fazê-lo aceitar algo que lhe seria imposto.

§14. Propor para os burgos importantes, não só quanto a sua população, mas também quanto ao seu desenvolvimento agrícola e industrial, a criação de escolas para ensino primário.²⁹

Aqui, as propostas são generalizadas e beneficiam a todos da comunidade. Onde lemos burgos, era a denominação dada agora aos lugares destinados a habitação indígena, seria algo inferior a cidade. As escolas visavam formar nos índios uma mentalidade de trabalhadores torná-los aptos para o trabalho eram escolas de formação³⁰.

O inciso 15 é bem sugestivo, e, lemos um discurso tipicamente deste período,

§15°. Empregar todos os meios adequados com a civilização, para atrair os índios à agremiação, promover o casamento entre si e com raça diferente de modo à fase-la adquirir o trato social.³¹

Os governantes pretendiam “branquear” o Estado, principalmente as cidades. Os casamentos entre indígenas e brancos propunha tornar os lugares, em recantos da elite, exalar civilização, pois no pensamento da época, a raça branca encontrava-se no topo da escala de civilização, pois raça é um conceito que hierarquiza, à medida que servia para os negros, e para os brancos também, e,

[...] o conceito “raça” foi e ainda é uma estratégia que hierarquiza as pessoas social, cultural e politicamente, ao aproximarmos africanos de escandinavos, sendo estes últimos um grupo diferente, não estaríamos reafirmando, em outras palavras, uma perspectiva eurocêntrica e científica na compreensão desses grupos?³²

Pelo casamento entre índios e brancos, o governo queria construir uma nação, uma cidade limpa, prospera ativa à medida que para os brancos as culturas indígenas

estratégia é o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder, pode ser isolado. Ver mais em: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1 Artes de Fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

²⁹ DECRETO Nº 248 de 28 de maio de 1898. Manaus: Imprensa Oficial, 1898 p. 6.

³⁰ Em Manaus essas escolas são representas primordialmente pelo Instituto dos Educandos Artífices (local onde hoje se situa o bairro de Educandos em Manaus), pelo Instituto Affonso Penna e, pelo Asilo Orfanológico Elisa Souto, este último se dedicava a formação de moças órfãs em sua maioria índias que mais tarde iriam trabalhar nas residências das elites locais.

³¹ DECRETO Nº 248 de 28 de maio de 1898. Manaus: Imprensa Oficial, 1898 p. 6.

³² MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito*: Sanitarismo e Eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DPCA, 2003. p. 07

eram preguiçosa, ociosa. Isto fica bem explícito no inciso 22, que cobrava esforço para inculcar ânimo nos índios, o gosto e apreço pela agricultura, e este inciso afirma que a agricultura é a forma mais proveitosa e mais fácil para dar ânimo ao índio.³³

O artigo 4º. Dita a competência dos Diretores, que na hierarquia são os funcionários mais importantes pelo decreto.

§1º. Estabelecer comunicações directas com os índios que se conservarem ainda, nas mattas, errantes ou aldeados e fora da comunhão social, *procurando animal-os* a formar burgos agrícolas em lugares próximo de algum centro populoso e civilizado.

§2º. Inquirir onde há índios em condições do § antecedente, *conhecer bem os seus costumes*, estudar os seus dialetos e mandar o interprete só ou com este até os aldeamentos d'elles para se entender com eles *mostrando-lhes as vantagens da vida social*.³⁴

Tudo isso visando civilizar os índios para tornarem-se trabalhadores. O que mais desperta questionamentos neste Decreto de Nº 248 é que em nenhum momento ele fala em fé ou doutrina cristã, mesmo que este estabeleça o regimento da catequese, atividade ligada diretamente a Igreja e seu corpo sacerdotal.³⁵ Ou seja, os missionários sejam sacerdotes ou civis se propunham mais a civilizar e moldar os índios a seus gostos, de que catequizá-los propriamente dito e torná-los adeptos da religião cristã, embora o cristianismo fosse a religião oficial e praticá-la era imperativo.

§39º. Infundir no animo de todos os índios e mais pessoas estabelecidas nos burgos é conveniencia que deve haver em auxiliarem-se mutuamente nos trabalhos materiaes da lavoura, criação de gado e construções de casas para moradias ou quesquer outros mistures e *convencel-os das vantagens* que cada um advirão d'esta importante medida.³⁶

³³DECRETO Nº 248 de 28 de maio de 1898. Manáos: Imprensa Official p. 7. É importante perceber que havia uma crença de que os povos indígenas não tinham apreço nem praticavam a agricultura. Hoje, com os estudos arqueológicos, encontramos vestígios que desde a pré-colonização, as populações amazonidas sim manejaram o solo. Prova disso é o que chamamos de "terra preta de índios", aquela porção de solo, mais favorável à agricultura, preparada para tal. Logo eles tinham apreço pelo manejo do solo. Ler mais em: NEVES, Eduardo Goés. *Vestígios da Amazônia Pré Colonial*. In: Revista Scintific American Brasil, 1995.

³⁴DECRETO Nº 248 de 28 de maio de 1898. Manáos: Imprensa Official p. 9-grifos meus-

³⁵ É verdade que nos meios eclesiais, havia o discurso de que o trabalho engrandece a Obra de Deus, porém com a leitura e análise dessa fonte, e bem como para o contexto histórico do momento, vemos claramente que prevalece o discurso político, a cerca da utilização do braço indígena.

³⁶ DECRETO Nº 248 de 28 de maio de 1898 Manáos: Imprensa Official p.13-grifos meus-

Com este excerto, vemos mais uma vez objeto real do Decreto, e sua forma de implantação, não pelo livre arbítrio, porém pela coação, convencimento. Vale destacar a visão do governo de demonstrar que os indígenas viviam de forma desordeira, hostil, coisa que sabemos nunca foi real pois a visão que se cristalizou na história foi a do branco conquistador e não a dos resistentes que lutaram para praticar sua cultura em um mundo onde o trabalho era uma obrigação e seu fazer era necessário para engrandecimento do estado e de seus habitantes.

Considerações Finais

Em todo o contexto dos documentos e textos aqui apresentados, essencialmente o Decreto Nº 248 de Maio de 1898, salientamos que estes em seus conteúdos destacam o *trabalho*, fazem uma apologia a ele, pois se acreditava que não constituía um hábito dos indígenas trabalhar, menos ainda organizar uma classe trabalhadora. Aqui entravam os missionários com suas estratégias de sedução, pois objetivando organizar uma classe trabalhadora, *o auxílio dos missionários* no trabalho de catequese e civilização dos indígenas, tornou-se assim “um ramo de grande importância do Serviço Público do Amazonas”.³⁷

Vemos com isso que a catequese e civilização dos índios tornou-se salutar entre as metas de governo, e um desafio de se cumprir. Outros cargos apresentados no Decreto Nº 248, são de auxiliar, ajudantes intérpretes e ajudantes de intérpretes. Vale lembrar que pela localização geográfica do Amazonas, o número de sacerdotes era escasso e quem exercia estes cargos muitas vezes eram civis, designados pelo Secretário dos Negócios da Indústria. Nesses discursos sempre pretendiam transformar o índio da cidade, porém ele bravamente resistiu e lutou para conquistar seu espaço, que constituiu-se do local onde se dá significados através das relações, com o estado tornando-se cada vez mais alvo, era imperativo que se “escondesse” seu passado de tapera e se firmasse sua transformação em grande urbe. Percebe-se, que nas entrelinhas, o governo queria eliminar o índio, suas crenças, hábitos e costumes milenares. É importante perceber também a categoria de

³⁷ DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: Manaus 1890-1920. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2007. p. 31.

permanência histórica, a ponto de em pleno alvorecer do século XX, existirem legislações que ordenavam que o problema do índio, era problema de catequese, uma ideia ligada extremamente ao século XVII, no período da Amazônia Colônia Portuguesa.

Referências

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Dicionário Topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. Recife, Meira Henriques. Nova Edição fascimular. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1984 (Coleção Hileia Amazônica)

BERMAN, Marshal. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade**. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Toratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BURKE, Peter. (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales-1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. Trad. de Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1 Artes de Fazer**. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2007

LARANJEIRA, Rhaisa Christie Graziella de Souza. **Cristãos em Manaus: embates entre Protestantes e Católicos(1900-1913)**. Manaus: Centro Universitário do Norte-UNINORTE (Artigo. Trabalho de Conclusão de Curso- História), 2013.

LOUREIRO, Antônio. **O Amazonas na Época Imperial**. Manaus: Editora Valer, 2007.

METCALF, Alida C, **A Mulher como Intermediária**. In: MORGA, Antônio Emílio e BARRETO, Cristiane Manique. (Orgs.) *Gênero, Sociabilidade e Afetividade*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: Sanitarismo e Eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DPCA, 2003.

NEVES, Eduardo Goés. **Vestígios da Amazônia Pré Colonial**. In: Revista Scintific American Brasil, 1995.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Ideias**. Manaus: Valer, 2008.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Conquista Espiritual da Amazônia**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens**. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social e outros escritos*. São Paulo: Cultix, 1989.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **História do Amazonas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2010.